

**METODOLOGIA E  
IDEOLOGIA DO  
TRABALHO SOCIAL**  
Crítica ao funcionalismo



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Faleiros, Vicente de Paula. 1941.

Metodologia e ideologia do trabalho social. Vicente de Paula Faleiros. — 12. ed. — São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-0389-2

1. Serviço Social 2. Serviço Social - América Latina 3. Serviço Social - Metodologia I. Título.

CDD-361.98

-361.001

-361.0018

81-0417

**Índices para catálogo sistemático:**

1. América Latina : Serviço social 361.98
2. América Latina : Trabalho social : Serviço social 361.98
3. Metodologia : Trabalho social : Serviço social 361.0098
4. Trabalho social e ideologia : Serviço social 361.001

Vicente de Paula Faleiros

**METODOLOGIA E  
IDEOLOGIA DO  
TRABALHO SOCIAL**  
Crítica ao funcionalismo

12<sup>a</sup> edição

1<sup>a</sup> reimpressão

 **CORTEZ  
EDITORIA**

METODOLOGIA E IDEOLOGIA DO TRABALHO SOCIAL: crítica ao funcionalismo  
Vicente de Paula Faleiros

*Capa:* Carlos Clémen

*Revisão:* Maria de Lourdes de Almeida

*Composição:* Linea Editora Ltda.

*Coordenação editorial:* Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada  
sem autorização expressa do autor e do editor.

© by Autor

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 — Perdizes

05014-001 — São Paulo-SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: [cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

[www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

Impresso no Brasil — janeiro de 2013

*Para Elvira, Waldemar, Eva, Álvaro e André*

## **OBRAS DO AUTOR**

### **CORTEZ EDITORA**

#### **Livros**

Metodologia e ideologia do trabalho social. Traduzido do original espanhol *Trabajo social — ideologia y método*. 6ª edição, 1986. 144p.

Política social do estado capitalista. 4ª edição, 1985, 176p.

Saber profissional e poder institucional. 1ª edição, 1986, 160p.

Trabalho da política (O) — saúde e segurança dos trabalhadores. 1ª edição, 1992. 312p.

#### **Artigos publicados na Revista Serviço Social & Sociedade**

Alternativas metodológicas da pesquisa em Serviço Social. (21): 5-17, agosto de 1986.

Análise dos cursos de graduação — relatório da área de Serviço Social (17): 157-63. Abril de 1985. Trabalho feito em co-autoria com Dilséa Adeodata Bonetti e Josefa Batista Lopes.

Espaço institucional e espaço profissional. (9): 137-52. Ano I, setembro de 1979.

Formas ideológicas da participação. (9): 17-26. Ano 111, agosto de 1982.

Por um Serviço Social alternativo (discurso). (5): 34-8. Ano II, março de 1981.

Serviço Social nas instituições — hegemonia e prática. (17): 30-40. Ano VI, abril de 1985.

Trabalho social com hansenianos. (17): 121-31. Ano VI, abril de 1985. Trabalho feito em co-autoria com Eda Gomes de Barros Lima.

... Conscientizar é debater e lutar e não moldar e manipular. Depoimento a Mariangela Belfiore, Maria Carmelita Yazbek e Raquel Raichelis (2): 127-38. Ano I, março de 1980.

#### **BRASILIENSE**

O que é Política Social.

Coleção Primeiros Passos. (168): 1986, 88p.

“Conhecer é resolver”  
*José Marli*

“Resolver é rejeitar”  
*Alain Badiou*



## Sumário

Prefácio à edição brasileira .....	11
<b>CAPÍTULO 1</b> — <i>Contribuição a uma análise crítica do Serviço Social Latino-Americano</i> .....	13
Perspectiva de análise .....	14
Do século XVI ao XIX .....	16
O século XX .....	19
<b>CAPÍTULO 2</b> — <i>Ideologias do Serviço Social</i> .....	26
Considerações de caráter teórico sobre o conceito de ideologia .....	27
A ideologia liberal no Serviço Social .....	32
A ideologia desenvolvimentista .....	36
A ideologia revolucionária .....	40
Conclusão .....	42
<b>CAPÍTULO 3</b> — <i>Sujeito e objeto do Serviço Social</i> .....	44
A predominância da situação .....	45
A predominância do sujeito .....	51
A relação sujeito-objeto .....	53
<b>CAPÍTULO 4</b> — <i>Positivismo e Dialética no Trabalho Social</i> .....	56
Desenvolvimento histórico do conceito de ciência .....	57
Lógica da dominação .....	61
Lógica da libertação .....	68

<b>CAPÍTULO 5</b> — <i>A sistematização do Trabalho Social</i> .....	75
Perspectiva geral de análise .....	75
Processos de ruptura .....	77
Estrutura e estratégia sistemática .....	82
<b>CAPÍTULO 6</b> — <i>Estratégias para ação</i> .....	84
Ciência e técnica social .....	85
A relação meio-fim no trabalho social .....	89
A ação profissional .....	91
Os atores e a estrutura .....	94
<b>CAPÍTULO 7</b> — <i>Problemática da conscientização</i> .....	96
Conscientização e ação .....	98
Comunicação e conscientização .....	102
A ação política .....	109
<b>CAPÍTULO 8</b> — <i>Reconceituação: Ação política e Teoria Dialética</i> .	112
Reconceituação e contemporaneidade no Serviço Social .....	112
Polarização e pulverização de tendências .....	117
O paradigma das relações interindividuais .....	125
O paradigma das relações de força, poder e exploração .....	132

## Prefácio à edição brasileira

Quase dez anos depois de publicado em Buenos Aires, sai em português este livro que suscitou debate e, de certa forma, contribuiu à renovação do pensamento latino-americano sobre o Serviço Social.

Há dez anos era quase impossível editá-lo no ambiente sufocante da cultura brasileira. Este livro surgiu de uma reflexão da experiência chilena, de uma conjuntura em que não só o Serviço Social como também toda a política de dominação eram questionados por vastos setores da sociedade civil chilena, o que não era permitido no Brasil.

Foi no contexto de uma aguda mobilização popular que buscamos refletir sobre o Serviço Social, repensando, coletivamente, novas formas de atuação e compromisso. Muitas das discussões com os colegas da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Valparaíso estão nestas páginas.

Muitas experiências foram então tentadas no curto período de três anos (1970-73) e grande número de trabalhadores sociais se puseram em campo para refazer suas formas de ação. Um dia, talvez, essas experiências — pelas quais alguns pagaram com a vida, outros com o exílio, outros com a prisão e o desemprego — devam ser contadas. Mas a perspectiva aberta não se fechou. Mais lentamente e talvez de outras formas, certamente, a busca continua.

A edição em espanhol, ora traduzida, retoma essas colocações originais de forma revista e ampliada. Revisamos todos os capítulos, eliminando trechos considerados obscuros e modificamos significativamente a redação de alguns capítulos, como o segundo e o quinto. Incluímos novo capítulo, escrito especialmente para esta edição, que tenta retomar a elaboração teórica do Serviço Social nesses dez anos, ao menos de forma parcial.

Foi, de 1970 a 1980, que o Serviço Social latino-americano desatou, de forma definitiva, as amarras com uma concepção funcionalista e conservadora de sua atuação. E o livro ora editado foi um passo nesse sentido.

Muitos fazem distinção clara entre Serviço Social e Trabalho Social para designar essa ruptura. No nosso livro não nos fixamos numa terminologia assim precisa, mas em concepções em conflito, dentro de uma categoria que chamamos de assistentes ou trabalhadores sociais. Mesmo que haja um decreto designando a todos “trabalhadores sociais”, as lutas teóricas e práticas continuariam. No entanto buscamos identificar a expressão “trabalho social” com uma nova corrente, de forma genérica e vaga. Praticamente seria impossível destacar com precisão o que é Serviço e o que é Trabalho Social. Aliás, os próprios funcionalistas se chamam *social-workers*, trabalhadores sociais.

O primeiro capítulo coloca o problema do Serviço ou do Trabalho Social no contexto latino-americano. No segundo tratamos da ideologia, e a seguir da problemática do objeto (terceiro), método (quarto e quinto), objetivos (sexto e sétimo). O capítulo oitavo retoma toda essa problemática, que, aliás, só foi separada para efeito de exposição.

Com esta edição esperamos contribuir para maior e melhor divulgação deste trabalho que ainda vem recebendo a acolhida generosa das novas gerações de estudantes que, depois de tantos anos de sufoco, buscam perspectivas de uma sociedade e de um serviço ou trabalho social alternativos.

## Capítulo 1

# Contribuição a uma análise crítica do Serviço Social latino-americano

A análise do Serviço Social, assim como a de diferentes disciplinas, pode ser feita segundo diferentes perspectivas e com diversidade de métodos.

A maneira idealista de realizar esta análise é partir de certas definições ou de fatos isolados. Geralmente o Serviço Social se apresenta como uma série de práticas ou “experiências” que têm um caráter “ativista”, imediato e pragmático, e que não oferece um material elaborado para uma investigação posterior.

Às vezes o Serviço Social é apresentado historicamente a partir de suas origens, como uma evolução progressiva da caridade e da ajuda, numa colocação isolada da própria história e dos fundamentos que condicionam os “fatos” históricos.

Nossa análise tem por objeto focalizar o Serviço Social na América Latina. Não para contar sua história nem para enumerar seus indicadores, como o faz Virgínia Paraíso,<sup>1</sup> mas para tentar estudar suas características gerais em relação à estrutura sócio-econômica latino-americana, buscando-se um enfoque global de análise. Trata-se também de uma crítica que permite a formulação de um novo Serviço Social, a partir do próprio movimento histórico de sua identidade e sua diversidade.

Esta colocação está vinculada à problemática das ideologias, pois o Serviço Social se situa neste nível enquanto saber e prática. Para uma refle-

---

1. Paraíso, Virgínia. *El Servicio Social en América Latina*. Montevideo. Editorial Alfa, 1969, 2ª Edición.

xão sobre ele é necessário fazer uma elaboração teórica, uma produção de conceitos que aclarem e transformem a experiência.

Buscaremos situar o Serviço Social no contexto da realidade latino-americana. Essa perspectiva implica, por sua vez, numa teoria, num esquema global da análise da própria realidade, que a represente abstratamente (não de forma fechada nem dogmática), e que seja o resultado de um processo investigador anterior.

## Perspectiva de análise

A hipótese geral sobre o surgimento e o desenvolvimento do Serviço Social na América Latina pode ser formulada nos seguintes termos: O Serviço Social se “fundamenta” na negação dos antagonismos do modo de produção capitalista. Ele atua, na prática, na “camuflagem” ou na diminuição desses antagonismos. Deriva daí sua própria contradição.

Já Coser e Kruse<sup>2</sup> assinalaram que o Serviço Social nega as contradições. Por outro lado, como ideologia, ele atua em função do mascaramento dessas próprias condições. Na prática, o Serviço Social realiza tarefas de adaptação, orientação, capacitação do homem para viver em sociedade, administração dos conflitos, introdução de inovação e melhoramentos, mobilização de recursos, assistência, orientação para a mudança social controladas (Virgínia Paraíso) e de execução de certas “técnicas de ajuda”, O Serviço Social, do ponto de vista da sua atuação prática, tem-se conduzido de maneira empírica e assistemática (*Documento de Araxá*, Kisnerman e Frum),<sup>3</sup> combinando empirismo, humanismo e tecnocracia.

Marx, na *Miséria da Filosofia*,<sup>4</sup> fala da “Escola Humanitária” como aquela que busca remediar, ainda que pouco, os contrastes reais, e que aconselha os operários a serem moderados. Segundo Marx, a teoria humanista se compõe de distinções intermináveis entre teoria e prática, princípios e resultados, idéia e aplicação, conteúdo e forma, essência e realidade, direito e fato, bondade e maldade. Para Marx, a “Escola Filantrópica” é a Escola

---

2. Kruse, Herman y Coser. *Ideologías y Servicio Social*. Montevideo, Editorial Alfa, 1969, 2ª Edición, p. 123.

3. Paraíso, Virgínia, op. cit., e Frum, Luis Maria. *Hacia una Metodología de Integración. Hoy en el Servicio Social*. Nº 18, Buenos Aires, 1970, p. 52.

4. Marx, Karl. *Misère de la Philosophie*. Oeuvres: Economie I. Paris, Editions Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1965, p. 93.

Humanitária aperfeiçoada. Aquela nega a necessidade do antagonismo; quer fazer de todos os homens sujeitos burgueses.

Essas reflexões aplicam-se concretamente ao Serviço Social em geral e ao Serviço Social latino-americano em particular. A semelhança entre as colocações do Serviço Social e as de Proudhon fazem supor que o primeiro tem uma de suas justificações teóricas num socialismo utópico que estigmatiza a pobreza, descrevendo-a corretamente (com fichas, relatórios, informes), e remediando casos de crianças e velhos abandonados, e de pobres vagabundos. Enquanto isto a sociedade continua produzindo milhões de homens famintos, desempregados e pobres, sem o consolo de panacéias universais como ajudas, cooperativas, asilos etc.

Engels disse<sup>5</sup> que, para os socialistas utópicos, o socialismo é a expressão da verdade absoluta, da razão e da justiça e basta descobri-lo para que por sua própria virtude conquiste o mundo.

O Serviço Social na América Latina pode situar-se dentro deste marco geral, correspondendo-nos estudar seu desenvolvimento concreto, sua prática, que se foi modificando paulatinamente dentro do sistema, incorporando circunstancialmente certos descobrimentos da psicologia, da sociologia e da antropologia. Para situar essa prática, consideraremos os modelos de análise da história latino-americana para poder relacioná-los com o desenvolvimento do Serviço Social.

Existem vários modelos de explicação do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico da América Latina, como, por exemplo, o rostowiano, o cepalino, o marxista ortodoxo, o da dependência.

Entre esses modelos teríamos que escolher um ou vários, que permitissem uma visão geral e dialética da história da América Latina, em suas relações internacionais e em suas contradições internas.

O modelo cepalino (da CEPAL) concebe o desenvolvimento como o “desenvolvimento para fora” e “o desenvolvimento para dentro”.<sup>6</sup>

O primeiro período da história econômica latino-americana corresponde à época colonial, caracterizada pela exportação de matérias-primas, tendo o centro de decisões deslocado (distanciado) da realidade local.

Os países latino-americanos tornaram-se, então, monoprodutores. A partir de 1930 processou-se o desenvolvimento para dentro, pela substitui-

---

5. Engels, Friedrich. *Del Socialismo Utópico al Socialismo Científico*. Obras escogidas. Moscú, Editorial Progreso, 1969, p. 434.

6. Martner, Gonzálo. *El Pensamiento Estructuralista y la Crisis en las Ciencias Sociales*. Cuadernos de la Realidad Nacional, n. 4, junio 1970, Santiago, p. 109.

ção de importações, pela formação de um mercado interno, pela industrialização e pela modernização dos equipamentos. Não vamos fazer críticas a esse modelo, mas aproveitá-lo no que tem de *descritivo* de uma parcela da realidade latino-americana.

O modelo da teoria da dependência concebe a história da América Latina segundo as relações de dominação e de dependência entre as metrópoles internacionais (Espanha, Portugal, Inglaterra, Estados Unidos etc.) e os países latino-americanos no contexto do capitalismo internacional. Essa dominação faz de nossas economias centros periféricos e satélites dos centros internacionais que se aproveitam, para se desenvolverem, do excedente econômico produzido nos países subdesenvolvidos. Desenvolvimento de uns é subdesenvolvimento de outros, numa relação complexa, externa e internamente. Não se trata de uma relação mecânica e automática entre centro e periferia, mas da combinação da relação externa com as contradições internas desses países.

A dominação internacional é interativa com a dominação nacional. Formam-se metrópoles nacionais e as classes dominantes e dominadas conflituam-se a nível local e internacional.

A industrialização tem relação direta com as crises nas metrópoles, que favorecem o mercado interno dos países dependentes.

Os outros modelos citados estão em função da ideologia da classe dominante (o etapismo de Rostow) ou de uma ortodoxia (o marxista ortodoxo) e por isto não servem aos objetivos a que nos propomos neste capítulo.

A teoria da dependência é mais ampla que a cepalina, podendo explicá-la. Como consequência disso é a que será adotada como quadro referencial analítico.

Os períodos, enunciados de forma muito geral, assim se apresentam porque o são para os fins deste capítulo. Não haveria razão para chegar aos detalhes de datas muito precisas.

A seguir colocamos algumas anotações que poderão servir a uma investigação mais profunda e sistemática.

## Dos séculos XVI a XIX

Como nesta etapa (dos séculos XVI a XIX) não existia um Serviço Social profissional, não detalharemos a análise das formas de “ajuda” ou de “assistência” então existentes.

Nesta época todos os países latino-americanos constituíam uma economia periférica que fazia parte do capitalismo mercantil europeu. Os países da América Latina eram exportadores de matérias-primas, como ouro, prata, cana, fumo, cobre, salitre, cacau, madeira. Até o século XIX as metrópoles eram Portugal e Espanha, quando interfere o imperialismo inglês, que passou a dominar o comércio internacional e o capital financeiro.

A assistência social neste período consistiu na proteção parcial aos velhos, às crianças, aos doentes e aos pobres com base nas Leis das Índias (1500-1542) e na atribuição de favores em troca de lealdade das classes dominadas.

A assistência era praticada pelas classes dominantes, que, no Brasil, viviam em grande parte do trabalho escravo e organizavam-se em torno da exportação; eram compostas pelos comerciantes, latifundiários e altos funcionários do reino.

Do ponto de vista ideológico a assistência era religiosa e moral, como doação caritativa e desinteressada. A pobreza era considerada fenômeno “normal” e, por isso mesmo, justificável. Se uma parte da Igreja se rebelava contra a escravidão, outra parte a defendia.

A religião foi a principal mistificação ideológica da assistência, ficando o povo com uma visão fatalista da miséria. Enquanto as classes dominantes organizavam para si hospitais, chamando médicos e cirurgiões da Europa, ou indo à Europa para tratar suas doenças, o povo (escravos, artesãos, oficiais etc.) era tratado por curandeiros.

As instituições de assistência (patronatos ou irmandades) estavam sob os auspícios da Igreja e prestavam ajuda “material e espiritual” aos seus sócios, em vida e na hora da morte, garantindo-lhes um lugar no cemitério da irmandade. As irmandades se discriminavam por classe social: dos escravos, comerciantes, senhores.

Os valores e as atitudes das classes dominantes projetavam-se no povo. O misticismo constituía uma forma dominante de alienação. Os movimentos de rebelião dos nativos, dos operários e dos escravos foram locais e atomizados, sem organização clara e precisa desde o ponto de vista da luta de classes.

As oligarquias latino-americanas lutaram, em função dos seus próprios interesses ou dos de outras metrópoles, pela independência dos seus governos face à dominação das metrópoles.

Toda a educação estava nas mãos da oligarquia e se assistia a uma seleção econômica dos alunos ao ensino bacharelesco.

Nesse longo período o fato mais importante nas metrópoles foi a revolução industrial. Daí se derivou a uma divisão internacional do trabalho: as colônias produziam matéria-prima e compravam produtos manufaturados. Face à revolução industrial a assistência social nas metrópoles assumiu novas formas que não cabe estudar aqui em detalhes.

As disfunções do sistema capitalista industrial se tornaram por demais manifestas. Os antagonismos de classe chegaram ao seu auge. O homem tornou-se mercadoria e tinha que vender sua força de trabalho, no mercado, para sobreviver.

Na Europa começou um movimento favorável à legislação social e às chamadas “mutualidades” (*mutualités*). As mutualidades tinham por objetivo o socorro mútuo em caso de doença, de morte, de nascimento. Elas não questionavam o sistema produtivo então existente. Nessa época a assistência pública foi organizada, com o objetivo de remediar um pouco os grandes problemas causados pela exploração e de manter e reproduzir a mão-de-obra necessária ao capitalismo.

Nesse período desenvolveu-se a idéia de justiça social, que muito influenciou o Serviço Social, e que punha ênfase justamente no aspecto distributivo dos bens (justiça distributiva), para que não fosse afetada a propriedade dos meios de produção, destacando-se as idéias de igualdade formal, de igualdade de direito face à lei abstrata, que Marx chama de direito igual para um trabalho desigual.<sup>7</sup>

A “questão social”<sup>\*</sup> era enfocada como um problema de *ajuda* do Estado (liberal) e como um problema de *repressão*. A *ajuda* e a *repressão* combinavam-se para a manutenção da ordem social e da força de trabalho.

Em 1917, Mary Richmond tentou “racionalizar” essa assistência dando-lhe uma visão “terapêutica”, que considera a “questão social” como uma doença que necessita de diagnóstico e de tratamento, a partir do indivíduo.

O Serviço Social nasceu dependente de fatores que guardam relação com o surgimento do capitalismo: o desenvolvimento das forças produtivas na metrópole e o desenvolvimento das técnicas e da ciência. Em outras palavras a “questão social” (situação social e exploração dos operários na indústria) e o desenvolvimento da medicina, da assistência médica

---

7. Marx, Karl. *Critique du Programme du Parti Ouvrier Allemand*. Oeuvres: Economie I. Paris, Editions Gailimard, Bibliothèque de la Pléiade, 1965, p. 1420.

\* A expressão “questão social” é utilizada neste trabalho por comodidade, significando o resultado da LUTA DE CLASSES e não um problema disfuncional da sociedade.

às doenças levaram as classes dominantes a modificar sua estratégia face à população.

Trabalho e saúde passaram a ser os fatores fundamentais do desenvolvimento da mão-de-obra. Na Europa os próprios industriais mantinham escolas de serviço social, sendo outras ligadas ao exercício da medicina. A exploração da mão-de-obra implicava manutenção no trabalho e energia disponível.

Nas metrópoles aceitava-se como “fato natural” a existência da exploração do operário assim como a exploração das colônias ou dos países dependentes pelos países dominantes.

Na América Latina continuou predominando o assistencialismo arbitrário, controlado diretamente pela Igreja e pelos senhores locais. Na distribuição de favores e ajuda buscava-se a lealdade e a submissão das classes subalternas, que eram submetidas ao mais duro regime de trabalho para produzir para a exportação e devendo ainda manter uma economia de subsistência para seu próprio consumo. Elas eram excluídas de toda atenção médica, como direito. Só lhes restava o arbítrio de uma Santa Casa, em circunstâncias dependentes da “bondade” do Senhor.

## O século XX

No século XX prosseguiu na América Latina a exploração capitalista dos excedentes econômicos,<sup>8</sup> sobretudo com a exploração de diversas riquezas minerais e a apropriação das indústrias, por meio de *trusts* e/ou de conglomerados internacionais. A metrópole passou a ser, de forma predominante, os Estados Unidos da América. Vários mecanismos internos e externos levaram a isto.

Houve um contínuo e marcado declínio nos termos de intercâmbio da América Latina com as metrópoles, e os setores ou regiões antes considerados desenvolvidos chegaram ao subdesenvolvimento em função dos interesses da metrópole. A industrialização de substituição de importação não chegou, no Chile, a satisfazer a demanda interna, e em outros países, como o Brasil, ficou na produção de bens de consumo ou de bens que atendem a um setor pequeno da população, o setor que tem cada vez mais a renda concentrada em suas mãos. Esse fenômeno se chama “o círculo vicioso da

---

8. Gunder Frank, André. “Chile: el Desarrollo del Subdesarrollo”. *Monthly Review*. Edición Especial, 2ª ed. 1967, p. 140.

riqueza” e não é outra coisa a não ser a “produção de mais-valia”. Trata-se de um processo “concentrador e excedente”.

Neste período surgiram diversos governos ditatoriais na América Latina (Argentina, Brasil, Colônia, Venezuela), que atenderam de maneira populista (fenômeno do populismo) às reclamações e as reivindicações das classes urbanas, agrupadas em torno da industrialização e ocasionando uma crescente urbanização. Referimo-nos ao período que vai até a Segunda Guerra Mundial.

Esta Guerra Mundial provocou uma crise nas metrópoles, afrouxando-se um pouco o controle que estas tinham sobre seus satélites. Assistiu-se então a uma modificação do processo de industrialização dos países dependentes, que se deve também a fatores de caráter interno (como a existência de certo número de indústrias, à capacidade ociosa das indústrias), bem como a fatores políticos e comerciais.

Nos anos trinta teve início na América Latina uma legislação social, organizando-se sindicatos com a proteção e o paternalismo do Estado. Em certos países, como o Chile, os sindicatos eram independentes e opositores ao Estado.

A idéia de “paz social” justificou certas associações de caráter nacional, como o SESI (Serviço Social da Indústria) e o SESC (Serviço Social do Comércio) no Brasil (no pós-guerra).

O Serviço Social foi implantado na América Latina justamente nesse período (entre 1925 e 1936) por uma espécie de transplante europeu, mas com vinculações típicas com a estrutura e as formações sociais latino-americanas. Começou com a criação de Escolas de Serviço Social, segundo o modelo europeu, organizadas em torno do binômio trabalho e saúde da mão-de-obra.

Os métodos de ensino e de trabalho foram “copiados” das escolas européias, com uma ideologia determinada: servir ao sistema existente, isto é, ao capitalismo, no sentido de correção dos problemas disfuncionais deste.

Neste período todo o ensino do Serviço Social era baseado no modelo europeu: currículo com predomínio do ensino de disciplinas vinculadas à saúde e com ênfase também na legislação social. Predominava a prática com casos, sobretudo as tarefas de *aconselhamento* e de consolo.

A idéia de adaptar o homem à sociedade já estava formulada implicitamente nos programas de saúde e de assistência aos operários. Segundo esta concepção a sociedade estava dividida entre os bons e os maus, e cabia ao Serviço Social a missão de reconduzir os desviados ao “bom caminho”.

O Serviço Social via-se ligado às instituições do Estado e às instituições religiosas que começaram a empregar os profissionais formados nas Escolas recém-fundadas por religiosas católicas, belgas e francesas. Igreja, Estado e empresariado foram constituindo os campos de trabalho do Assistente Social.

A visão *religiosa* e moral dos problemas da classe operária predominava ainda nos debates parlamentares, combinada com uma visão profilática da raça (melhorar a raça), e com a visão do capital humano necessário à industrialização e ao “progresso”. Igreja, Estado e empresariado estavam articulados politicamente e portanto ideologicamente.

As tensões sociais passaram a ser objeto de estudo e se tornaram cada vez mais profissionalizadas.

Evidentemente estas justificativas foram elaborando-se paulatinamente. Como afirma Lucien Goldman “o otimismo cartesiano de Durkheim, a pouca realidade que tinha para ele o problema das ideologias, expressavam a tradição otimista de uma burguesia que havia sido relativamente pouco aquebrantada pelo desenvolvimento de um proletariado que poderia opor-lhe sua própria visão socialista”.<sup>9</sup> Este otimismo estava presente nas classes dominantes latino-americanas, e teve seu auge no Serviço Social latino-americano a partir de 1945. Os Estados Unidos tornaram-se indiscutivelmente a metrópole mundial, que dominou o mercado mundial e a produção. Eles impuseram um sistema de aliança com a América Latina (um de seus aliados básicos), numa nova divisão internacional do trabalho. Na América Latina eles obtinham a matéria-prima e o mercado para seus produtos manufaturados.

Para dominar melhor, os Estados Unidos instituíram, por meio de organismos internacionais, certos mecanismos de ajuda e “cooperação”, que culminaram com a Aliança para o Progresso. O Serviço Social latino-americano passou a importar o “enlatado” americano no que tange à profissão.

Neste período o funcionalismo predomina no meio acadêmico dos Estados Unidos. Continuando Durkheim, os funcionalistas (sobretudo Merton e Parsons) concebem a estrutura social como um conjunto de atores que desempenham certos papéis e têm certos *status*, que se conjugam para o funcionamento do todo, sendo indispensáveis para a conservação dos valores.

A posição ideológica dos funcionalistas é a “neutralidade”, que se manifesta no Serviço Social, por exemplo nos famosos princípios do rela-

---

9. Goldman, L. *Las Ciencias Humanas y la Filosofía*. Buenos Aires. Ed. Nueva Visión, Colección Ensayos, 1967, p. 22-77.

cionamento de Biesteck. Esse autor assinala como fundamentais o “não julgamento”, a “discreção”, o “não envolvimento emocional”, a “individualização do problema”, enfim a “neutralidade”, quer dizer, a *aceitação do sistema vigente*.

O funcionalismo busca a integração do homem ao meio e tem como base o equilíbrio das tensões na unificação social de todos os papéis. O operário tem que ser um bom operário e o patrão um bom patrão. O controle social exerce-se por meio de sanções impostas aos desviantes.

Essa concepção parte do postulado de que o sistema é bom e só há que corrigir suas disfunções mudando o homem ou seu meio imediato. Sob este pressuposto, o funcionalismo mostra sua base conservadora, segundo a qual o homem tem que internalizar os papéis para que a sociedade funcione de forma adequada aos fins propostos pela classe dominante.

O próprio conceito de “marginalidade” está baseado na necessidade de integrar o homem “marginalizado” e “isolado” à sociedade como uma soma de partes, sem que esta seja questionada.

Do ponto de vista ideológico, a neutralidade funcionalista se confunde com o positivismo. Como diz Merton, “Esta comparação sistemática pode bastar para indicar que a análise funcional, do mesmo modo que a dialética, não implica *necessariamente* um compromisso ideológico específico. Isto não quer dizer que, com freqüência, nas obras de analistas funcionalistas não estejam implícitos compromissos. Mas isso parece ser extrínseco e não intrínseco à teoria funcionalista. Aqui, como em outros departamentos da atividade intelectual, o abuso não nega a possibilidade de uso. Revista criticamente, a análise funcionalista é neutra em relação aos grandes sistemas ideológicos. Até este ponto (e somente neste sentido restrito) ela é como as teorias ou os instrumentos das ciências físicas”.<sup>10</sup>

Está claramente dito que o funcionalismo propõe, desde um ponto de vista ideológico, uma posição comum para as ciências sociais e as ciências físicas.

O funcionalismo não nega, de maneira explícita, os conflitos sociais; ele os admite. Inicialmente admitia que uma parte poderia mudar o todo, baseada na idéia de ajuste, correspondência, equilíbrio, integração. Gino Germani<sup>11</sup> aceita como ponto de partida o equilíbrio, mas rechaça a corres-

---

10. Merton, Robert K. *Funciones Manifiestas y Latentes*. Edición Mimeografiada del I.C.S.D. de la U.C.V., p. 24.

11. Germani, Gino. *Política y Sociedad en una Época de Transición*. Buenos Aires, Paidós, 1968, p. 22.

pondência, assinalando que a mudança é assíncrona e fazendo notar que as partes da sociedade podem variar de uma quase total independência entre si até um máximo de interdependência. As partes se relacionam ajustando-se ou desajustando-se reciprocamente. Neste sentido o conflito *é funcional*. Trata-se de um conflito de normas entre si, de normas e de circunstâncias e entre grupos “que se encontram desigualmente afetados pela mudança ou que não consideram aplicáveis suas expectativas ou seus papéis internalizados. Esse conflito supõe desintegração”.<sup>12</sup> Este tipo de conflito é o não institucionalizado, por isso é considerado “anormal”.

A ação social corresponde a um ator (indivíduo ou grupo), numa situação (fins, meios e condições), num quadro normativo (normas, valores, conhecimentos), seguindo essa ação um padrão determinado pelo sistema. A transição é definida como a passagem da sociedade tradicional à sociedade moderna; a primeira é agrícola e a segunda é urbano-industrial.

Pode-se situar o Serviço Social dentro deste enfoque da sociedade e da ação que setoriza, fragmenta e abstrai certos aspectos que são colocados de maneira idealista, sem tomar em conta os antagonismos de classe, segundo sua base econômica de propriedade ou de não propriedade dos meios de produção. Neste enfoque a sociedade como um todo é aceita, isto é, são aceitos os valores burgueses de exploração, de dominação e de mais-valia.

A partir de 1945 o Serviço Social enfatizou o trabalho com grupos, geralmente grupos recreativos e de lazer. Na sociedade norte-americana, a finalidade destes grupos era de “democratizar” os seus membros, por oposição ao nazismo, e resolver problemas pessoais de seus membros. Segundo Konopka, os grupos de Serviço Social tinham a finalidade de possibilitar a *internalização* dos valores da sociedade norte-americana, por meio da interação. Mais tarde os grupos, em Serviço Social, foram utilizados com fins terapêuticos, no sentido de melhor adaptação do homem ao seu meio.

Com estas finalidades o Serviço Social foi transplantado à América Latina e implantado nos Centros Sociais. As práticas destes Centros se resumiam no ensino de bordados, corte e costura, trabalhos manuais, com certa discussão em grupo. Pretendia-se a integração social, a melhora dos indivíduos, a socialização de papéis.

O “desenvolvimento de comunidade” começou a se estruturar na América Latina na década de 50, já com uma visão dualista da sociedade, tendo a modernização, a industrialização, a administração do bem-estar e a planificação como soluções ao subdesenvolvimento.

---

12. Idem, *ibid.*, p. 59.

Os esforços do Serviço Social no campo da comunidade centralizaram-se na coordenação de recursos locais e na investigação estatística. No Congresso Pan-americano de San José da Costa Rica, em 1961, fala-se do Serviço Social como “instrumento para acelerar a consecução de mudanças equilibradas (*sic*), e como agente de integração”.

Os “três métodos do Serviço Social”, em 1961, já estavam claramente definidos, somando-se a eles a administração e a planificação. Estes métodos são elaborações teóricas nascidas no próprio seio do capitalismo, como resultado de uma concepção ideológica conservadora da sociedade e de estratégias de controle das classes dominadas pelas classes dominantes.

O Serviço Social considera o indivíduo como “um caso” que se estuda, buscando-se uma solução ao problema imediato: fome, habitação etc., segundo certos recursos que são oferecidos pelo sistema.

Os grupos em Serviço Social são considerados como um conjunto de pessoas em interação, por intermédio dos quais se busca “harmonizar os interesses”, chegar ao consenso, à compreensão, a objetivos comuns, dentro do sistema. Estes objetivos são avaliados segundo princípios eternos e valores imutáveis, como a dignidade do homem e o bem-estar ideal.

Pelo desenvolvimento de comunidade busca-se o consenso e a integração com o discurso sobre “interesses comuns”, problemas comuns, com o objetivo desenvolvimentista de melhora das condições de vida.

Os “métodos” do Serviço Social são divisões artificiais que negam os próprios fundamentos da sociedade de classes, e atuam tecnicamente, com instrumentos técnicos que foram modernizando-se até chegar ao computador.

O desenvolvimentismo esgota as possibilidades de equilíbrio das tensões; estas são consideradas, mas o que se busca é a sua redução, sua setorização num problema local. Por isso se pensa numa planificação nacional, mas o desenvolvimento é tipicamente localizado numa comunidade.

Mais tarde surgiu o Serviço Social junto às populações marginalizadas, mas isto é outra máscara, pois o conceito de “população marginalizada ou carente” esconde a realidade da exploração e da formação do exército industrial de reserva.

O Serviço Social profissional justifica-se por tratar e corrigir os problemas residuais, tais como um posto de urgência social, um hospital de marginalizados. Os problemas residuais continuam existindo. Fala-se que o Serviço Social deve chegar às causas dos problemas, mas o método que utiliza para atingir seus fins é totalmente positivista, ou seja, relaciona os problemas de maneira estática e mecânica, por exemplo, considera-se que o alcoolismo é causado quase exclusivamente por um desequilíbrio psico-

lógico e passa-se então a tratar esse desequilíbrio psicológico, sem um enfoque global da sociedade que permita descobrir as contradições fundamentais ou ir do particular ao geral.

A negação da contradição fundamental do capitalismo tem levado o Serviço Social a *ver* (ou *não ver?*) sua própria contradição: *pretender servir a um homem abstrato numa sociedade que destrói o homem concreto*.

Este capítulo não pretendeu ser a demonstração de uma tese, mas uma primeira aproximação sistemática, a nível teórico, do Serviço Social em sua dimensão histórica e ideológica.

Evidentemente o Serviço Social não pode ser equiparado às ciências físicas, nem se isolar de uma ideologia. Ele é uma práxis, e só pode ser conceitualizado se tem como base um enfoque dialético.

A prática do Serviço Social tem sido totalmente empírica, repetindo-se sempre em função de um resultado imediato e pragmático, sem se criticar.

A tarefa de reconceitualização do Serviço Social é uma práxis que não pode ser isolada da própria transformação do sistema capitalista e da ideologia correspondente, com o compromisso histórico de *uma* nova sociedade em vista da superação real dos antagonismos existentes.